

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
e 2024 e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	13



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serra do Seridó F1 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



Serra do Seridó F1 Holding S.A.

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras




Serra do Seridó F1 Holding S.A.

individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by



Assinado por Bruno Guedes Monteiro:1005596733
CPF: 1005596733
Data/Hora da Assinatura: 24 de abril de 2026 | 17:10 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1

C: BR

Bruno Guedes Monteiro

Contador CRC 1RJ118070/O-0

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Balança patrimonial

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	76.375	20.100	12.237.672	2.444.143
Títulos e valores mobiliários	5	1.822.025	69.538	83.680.767	78.652.458
Contas a receber	6	-	-	21.619.046	15.624.689
Tributos a recuperar	7	-	7.725.919	-	27.157.735
Adiantamentos a fornecedores		-	-	283.413	136.668
Despesas antecipadas		-	1.368	-	9.576
Dividendos a receber	22.2	1.206.967	3.735.966	-	-
Outros ativos	8	1.312	1.312	13.835.107	23.721
		3.106.679	11.554.203	131.656.005	124.048.990
Empréstimos a partes relacionadas	22.4	50.250.702	50.750.702	-	-
Tributos a recuperar	7	8.899.415	-	33.353.390	-
Investimentos	9	475.871.423	480.828.213	-	-
Imobilizado	10	-	-	1.201.213.419	1.255.255.503
Direito de uso	11.1	-	-	-	4.730.388
		535.021.540	531.578.915	1.234.566.809	1.259.985.891
Total de ativos		538.128.219	543.133.118	1.366.222.814	1.384.034.881
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	13	52.332	11.176	27.559.269	15.802.888
Tributos a recolher	12	3.072.900	2.953.705	5.505.066	5.212.144
Contas a pagar a partes relacionadas	22.1	2.323.036	2.323.036	24.207.243	17.819.481
Adiantamentos de clientes		-	-	3.044	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	67.013.557	24.718.020
Impostos a recolher		-	-	7.484.785	2.287.955
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	-	158.744
Dividendos a pagar	22.3	-	1.964.396	-	1.964.396
		5.448.268	7.252.313	131.772.964	67.963.628
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	696.606.808	768.965.628
Empréstimos com partes relacionadas	22.5	5.242.118	5.242.118	5.242.118	5.242.118
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	-	7.478.798
Impostos diferidos		-	-	1.718.499	650.455
Passivo para descomissionamento		-	-	3.444.592	3.095.567
		5.242.118	5.242.118	707.012.017	785.432.566
Capital social	15.1	522.251.677	522.251.677	522.251.677	522.251.677
Reserva legal	15.2	744.561	744.561	744.561	744.561
Dividendos adicionais propostos	15.4	7.642.449	7.642.449	7.642.449	7.642.449
Prejuízos acumulados		(3.200.854)	-	(3.200.854)	-
Total do patrimônio líquido		527.437.833	530.638.687	527.437.833	530.638.687
Total do passivo e patrimônio líquido		538.128.219	543.133.118	1.366.222.814	1.384.034.881

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.
Demonstração do resultado
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	16	-	-	209.265.773	186.953.859
Custos das vendas	17	-	-	(162.916.220)	(111.073.820)
Lucro bruto		-	-	46.349.553	75.880.039
Despesas gerais e administrativas	18	(154.780)	(302.684)	(4.745.636)	(3.327.452)
Equivalência patrimonial	9	(3.749.823)	5.306.298	-	-
Outras receitas e despesas	19	-	55.834	16.411.072	3.319.097
Lucro operacional		(3.904.603)	5.059.448	58.014.989	75.871.684
Despesas financeiras	20	(49.680)	(3.236.224)	(60.049.674)	(66.139.135)
Receitas financeiras	20	905.761	7.344.384	15.390.688	5.042.693
Resultado financeiro		856.081	4.108.160	(44.658.986)	(61.096.442)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.048.522)	9.167.608	13.356.003	14.775.242
Imposto renda e contribuição social corrente	21	(152.332)	(896.467)	(16.251.623)	(8.419.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(305.234)	1.915.156
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.200.854)	8.271.141	(3.200.854)	8.271.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(3.200.854)</u>	<u>8.271.141</u>	<u>(3.200.854)</u>	<u>8.271.141</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(3.200.854)</u>	<u>8.271.141</u>	<u>(3.200.854)</u>	<u>8.271.141</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	338.751.677	146.500.000	331.004	4.716.814	-	490.299.495
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	37.000.000	-	-	-	37.000.000
Aumento de capital	183.500.000	(183.500.000)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	15.3	-	-	(2.967.553)	-	(2.967.553)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.271.141	8.271.141
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	15.2	-	413.557	-	(413.557)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.3	-	-	-	(1.964.396)	(1.964.396)
Dividendos adicionais propostos	15.4	-	-	5.893.188	(5.893.188)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	522.251.677	-	744.561	7.642.449	-	530.638.687
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(3.200.854)	(3.200.854)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	522.251.677	-	744.561	7.642.449	(3.200.854)	527.437.833

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		(3.200.854)	8.271.141	(3.200.854)	8.271.141
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	17	-	-	53.565.253	53.502.624
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	20	-	1.785.470	51.792.057	58.263.017
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	20	(11.879)	(75.883)	(8.822.139)	(4.545.376)
Rendimentos de mútuo com partes relacionadas		-	(7.268.353)	-	-
PIS e COFINS diferidos		-	-	401.590	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	305.234	(1.915.156)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	152.332	896.467	16.251.623	8.419.257
Resultado de equivalência patrimonial	9	3.749.823	(5.306.298)	-	-
Resultado com variação cambial e monetária		(893.882)	-	(6.219.451)	-
Reversão IFRS16		-	-	(2.907.154)	-
		(204.460)	(1.697.456)	101.166.159	121.995.507
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(5.994.356)	1.192.042
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(146.745)	(7.429)
Despesas antecipadas		1.368	(1.368)	9.576	(9.576)
Tributos a recuperar	7	(279.614)	(3.922.867)	372.821	(5.077.324)
Outros ativos	8	-	-	(13.811.387)	(4.000)
Tributos a recolher	12	(33.137)	(571.037)	501.810	(3.055.350)
Contas a pagar	13	41.156	(44.025)	9.765.025	(37.187.482)
Contas a pagar a partes relacionadas	22.1	-	2.323.036	6.387.762	(4.350.804)
Adiantamentos de clientes		-	-	3.044	-
		(270.227)	(2.216.261)	(2.912.450)	(48.499.923)
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(896.468)	(10.902.461)	(8.581.990)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(474.687)	(4.810.185)	87.351.248	64.913.594
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(1.783.466)	-	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal	22.4	500.000	50.166.025	-	-
Recebimentos de juros sobre empréstimos - partes relacionadas		-	19.557.840	-	-
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	10	-	-	2.468.186	38.840.008
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		(1.740.608)	1.655.152	3.793.831	(19.532.161)
Dividendos recebidos	9	3.735.966	4.539.825	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		2.495.358	74.135.376	6.262.017	19.307.847
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	37.000.000	-	37.000.000

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Empréstimos obtidos	-	-	-	53.584.141
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	-	51.000.000	-	51.000.000
Pagamento de principal de debêntures	-	(100.002.452)	-	(100.002.452)
Pagamento de juros sobre debêntures	-	(7.025.407)	-	(7.025.407)
Pagamento de empréstimos - principal	14	-	(27.204.888)	(23.378.802)
Pagamento de empréstimos - juros	14	-	(54.650.452)	(45.102.030)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	-	(45.757.881)	-	(45.757.881)
Dividendos pagos	15.3	(1.964.396)	(1.964.396)	(4.539.825)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.964.396)	(83.819.736)	(84.222.256)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		56.275	9.793.529	(815)
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		20.100	2.444.143	2.444.958
No final do exercício		76.375	12.237.672	2.444.143
		56.275	9.793.529	(815)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de imobilizado	-	-	1.991.356	5.998.511
Adição do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	-	8.538
Provisão para desmobilização	-	-	-	3.095.567
Reversão de imobilizado	-	-	4.027.537	73.824.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Serra do Seridó F1 Holding S.A. (“Companhia”) constituída por sua única controladora, a EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, é uma Sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 81, 19 andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, constituída em 17 de agosto de 2021. Seu acionista controlador final é a EDF S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social, sendo estes, comercialização de energia elétrica, representação perante a órgãos reguladores, e participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. A Companhia através do despacho nº 1.453, de 14 de maio de 2025 recebeu autorização da ANEEL, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo o primeiro faturamento ocorrido em março de 2026.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações.

O projeto se encontra 100% em operação comercial desde agosto/2023.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização para operação

O projeto Seridó fase I compõe a primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase I, está localizada no município de Junco do Seridó – PB e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de nova (LEN A-6), realizado pela ANEEL em outubro de 2019. Foram vendidos em leilão 96,9 MW médio de garantia física.

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas seis novas empresas Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. (“Seridó II”), Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. (“Seridó III”), Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. (“Seridó IV”), Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. (“Seridó VI”), Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. (“Seridó VII”), Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. (“Seridó IX”), que representam os parques eólicos que produzirão os 29,7 MW contratados. As cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) com entrega contratada a partir de 2025, conforme descrição abaixo:

Compromisso CCEAR	Capacidade	
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	2,4	MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	6,5	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	4,9	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	3,3	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	6,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	6,6	MW
	29,7	MW

Capacidade instalada	Capacidade	
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	33,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	44,0	MW

31 de dezembro de 2025

Serra do Seridó F1 Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	49,5	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	49,5	MW
	33,0	MW

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

Em 20 de abril de 2020, as seis novas companhias obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas. Sendo que o Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. entrou em operação parcial em 27 de dezembro de 2022.

Características técnicas do projeto: linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 26,4 km, conectando a Subestação Elevadora Santa Luzia II.

1.2 Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado. A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao Curtailment (cortes de geração) de geração eólica: Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação: A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico). A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas: A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não

31 de dezembro de 2025



tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 24 de abril de 2026.

2.2 Continuidade operacional

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$ 3.200.854 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (lucro de R\$ 8.271.141 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), e, nessa data, o passivo circulante consolidado excede o ativo circulante consolidado em R\$ 116.959 (o ativo circulante consolidado excedeu o passivo circulante consolidado em R\$ 56.085.362 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 23.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e debêntures, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou

seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 23.

2.5 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Controladas	Atividade	% Participação
Parque Eólico Serra do Seridó II S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó III S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A	Geração de energia eólica	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(b)
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.7

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos

fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 21).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.8 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso

- normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente

31 de dezembro de 2025

Serra do Seridó F1 Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC

48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Serra do Seridó II S/A, Parque Eólico Serra do Seridó III S/A, Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A, Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A, Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A e Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de

energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.12 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras e mútuos. A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, arrendamentos, variações cambiais, tributos sobre receitas financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

Durante o período de construção dos parques, o resultado financeiro elegível à capitalização é capitalizado e integrado ao imobilizado do projeto.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47– Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

(c) Comercialização de energia

Os contratos com clientes da Empresa envolvem a venda de energia elétrica. A Empresa avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles. São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente. A Empresa mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como bases preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Empresa baseadas em parâmetros de mercados. Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Empresa satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto. A empresa iniciará o faturamento de comercialização a partir de março/2026.

(d) Constrained-off de usinas

Os eventos de *constrained-off* de usinas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado aos *constrained-off*.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro

tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.15 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2025, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão

31 de dezembro de 2025



de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").
- As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge);

e

iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

· IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

· IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que

essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A empresa aplica as alterações se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting

31 de dezembro de 2025

Serra do Seridó F1 Holding S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2025
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	76.375	20.100	12.237.672	2.444.143
Total	76.375	20.100	12.237.672	2.444.143

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 23.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	1.822.025	69.538	83.680.767	78.652.458
	1.822.025	69.538	83.680.767	78.652.458

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2025, sobre o DI CETIP (“CDI”) de 100%.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Contratos de energia de reserva (i)	19.941.885	14.499.088
Contratos de mercado de curto prazo	176.233	33.325
Outras contas a receber (ii)	1.500.928	1.092.276
	21.619.046	15.624.689

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal.
- (ii) Valor proveniente majoritariamente de multas a receber com fornecedor.

31 de dezembro de 2025

Serra do Seridó F1 Holding S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2025
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
IRPJ	-	2.215.811	-	3.399.382
CSLL	-	34.319	-	639.109
PIS	-	26.730	-	2.655.725
COFINS	-	408.446	-	12.542.273
ISS	-	-	-	55.378
IRRF	-	3.803.116	-	6.480.491
Outros	-	1.237.497	-	1.385.377
	-	7.725.919	-	27.157.735
Não Circulante				
IRPJ	3.132.818	-	4.432.548	-
CSLL	121.883	-	775.810	-
PIS	50.200	-	3.441.843	-
COFINS	552.877	-	16.539.849	-
ISS	-	-	87.555	-
IRRF	3.804.141	-	6.481.524	-
Outros	1.237.496	-	1.594.261	-
	8.899.415	-	33.353.390	-
Total	8.899.415	7.725.919	33.353.390	27.157.735

Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação de impostos de acordo com a legislação tributária e/ou alvo de solicitação de restituição junto ao Fisco, quando permitido, a serem definidos pela Administração da Companhia. Em 2026 a Companhia avalia a solicitação da restituição dos montantes acima através de PERDCOMP.

O estoque de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 15.531.351 (R\$ 15.753.618 em 31 de dezembro de 2024).

31 de dezembro de 2025

Serra do Seridó F1 Holding S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2025
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



8 Outros ativos

	Consolidado	
	2025	2024
Outros ativos (i)	13.835.107	23.721
	13.835.107	23.721

(i) Saldo majoritariamente relacionado a provisão de ressarcimento de seguro por indisponibilidade de equipamentos.

9 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a)).

	Saldo em 31/12/2024	Dividendos declarados	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Parque Eólico Serra do Seridó II S/A	27.304.644	-	-	(1.420.344)	25.884.300
Parque Eólico Serra do Seridó III S/A	100.633.618	(37.916)	-	159.647	100.755.349
Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A	77.545.396	(1.169.051)	-	4.922.320	81.298.665
Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A	98.591.713	-	-	(2.945.477)	95.646.236
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	69.934.566	-	-	(4.270.212)	65.664.354
Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A	106.818.276	-	-	(195.757)	106.622.519
	480.828.213	(1.206.967)	-	(3.749.823)	475.871.423
	Saldo em 31/12/2023	Dividendos declarados	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Parque Eólico Serra do Seridó II S/A	29.441.596	-	-	(2.136.953)	27.304.643
Parque Eólico Serra do Seridó III S/A	98.706.845	(600.143)	-	2.526.916	100.633.618
Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A	76.286.987	(391.964)	-	1.650.373	77.545.396
Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A	97.360.420	(383.517)	-	1.614.808	98.591.711
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	71.673.811	-	-	(1.739.245)	69.934.566
Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A	104.233.097	(805.220)	-	3.390.399	106.818.276
	477.702.756	(2.180.844)	-	5.306.298	480.828.210

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

31 de dezembro de 2025

Serra do Seridó F1 Holding S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2025
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	2025					
	Seridó II	Seridó III	Seridó IV	Seridó VI	Seridó VII	Seridó IX
Ativo circulante	9.047.006	31.144.165	30.441.466	29.205.680	20.423.914	40.309.944
Ativo não circulante	86.121.575	216.594.101	211.323.194	228.069.695	221.017.058	238.087.795
Passivo circulante	11.362.856	21.999.549	23.101.291	28.157.694	25.137.471	24.134.708
Passivo não circulante	57.921.426	124.983.368	137.364.704	133.471.445	150.639.147	147.640.511
Patrimônio líquido	27.304.643	100.595.702	76.376.345	98.591.713	69.934.566	106.818.277
Lucro do exercício	(1.420.344)	159.647	4.922.320	(2.945.477)	(4.270.212)	(195.757)

	2024					
	Seridó II	Seridó III	Seridó IV	Seridó VI	Seridó VII	Seridó IX
Ativo circulante	7.587.174	21.591.130	20.088.262	23.337.008	17.730.513	29.877.516
Ativo não circulante	91.136.086	225.864.926	221.177.711	238.489.133	231.278.920	248.943.548
Passivo circulante	8.344.908	7.850.726	12.890.983	14.974.937	13.937.486	10.429.092
Passivo não circulante	63.073.709	138.971.712	150.829.595	148.259.491	165.137.379	161.573.696
Patrimônio líquido	29.441.597	98.106.702	75.895.023	96.976.906	71.673.813	103.427.878
Lucro do exercício	(2.136.953)	2.526.916	1.650.373	1.614.808	(1.739.245)	3.390.399

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



10 Imobilizado

Consolidado							
2025							
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Reversão (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2025	
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	1.252.159.936	3.550.708	-	(4.027.539)	(53.436.271)	1.198.246.834
Passivo para descomissionamento		3.095.567	-	-	-	(128.982)	2.966.585
Total		1.255.255.503	3.550.708	-	(4.027.539)	(53.565.253)	1.201.213.419
Custo		1.343.628.791					1.343.151.960
Depreciação acumulada		(88.373.288)					(141.938.541)
Imobilizado líquido		1.255.255.503					1.201.213.419

Consolidado							
2024							
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024	
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	1.338.330.575	40.982.605	-	(73.824.102)	(53.329.142)	1.252.159.936
Passivo para descomissionamento			3.095.567	-	-	-	3.095.567
Total		1.338.330.575	44.078.172	-	(73.824.102)	(53.329.142)	1.255.255.503
Custo		1.373.374.721					1.343.628.791
Depreciação acumulada		(35.044.146)					(88.373.288)
Imobilizado líquido		1.338.330.575					1.255.255.503

Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 13). A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.

(i) Reversão de saldo de provisão para aquisição de CAPEX pela remensuração da expectativa de realização do saldo orçado.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



11 Direito de uso e passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 9,4% a.a., obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a reversão do saldo do Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, uma vez que os contratos passaram a não ser aplicáveis a regra do IFRS16.

11.1 Direito de uso

	Consolidado			
	2025			
Direito de uso de arrendamentos	Saldo em 31/12/2024	Reversão	Saldo em 31/12/2025	
Arrendamento de imóveis	4.730.388	(4.730.388)	-	
	4.730.388	(4.730.388)	-	

	Consolidado			
	2024			
Direito de uso de arrendamentos	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	4.895.332	8.538	(173.482)	4.730.388
	4.895.332	8.538	(173.482)	4.730.388

11.2 Passivo de arrendamento

	Consolidado		
	2025		
Passivo de arrendamento	Saldo em 31/12/2024	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Arrendamento de imóveis	7.637.542	(7.637.542)	-
	7.637.542	(7.637.542)	-
Circulante	158.744		-
Não circulante	7.478.798		-

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Passivo de arrendamento	Consolidado				
	2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	7.007.221	8.538	621.783	-	7.637.542
	7.007.221	8.538	621.783	-	7.637.542
Circulante	158.744				158.744
Não circulante	6.848.477				7.478.798

12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL	152.332	18.248	152.332	18.248
PIS sobre faturamento	265	2.430	134.616	201.152
COFINS sobre faturamento	1.574	14.955	621.654	932.132
Tributos retidos na fonte	9.997	9.338	1.415.607	1.139.419
ICMS	-	-	272.124	12.459
IOF	2.908.732	2.908.734	2.908.733	2.908.734
	3.072.900	2.953.705	5.505.066	5.212.144

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados	51.332	11.176	4.513.414	269.992
Aquisição de imobilizado	-	-	1.991.356	5.998.511
Serviços de manutenção	-	-	264.528	6.754.905
Mercado de curto prazo a pagar (i)	-	-	17.865.875	1.742.370
Custo com energia elétrica (i)	-	-	2.915.272	199.955
TUST/TUSD	-	-	7.824	26.665
Aquisição de materiais	-	-	-	110
Outros	1.000	-	1.000	810.380
	52.332	11.176	27.559.269	15.802.888

- (i) A companhia recorre a liquidação no Mercado de Curto Prazo e Bilateral para atendimento dos contratos negociados no Ambiente Livre.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



14 Empréstimos e financiamentos

14.1 BNB:

Em 31 de maio de 2021, as controladas firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 500.000.000. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2023, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2024 em um montante de R\$ 497.604.000.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,21% a.a., com exigibilidade mensal, após o término do período de carência, em 15 de janeiro de 2024. O valor do principal será amortizado em 258 prestações mensais.

Garantias

O empréstimo com o BNB conta com fianças bancárias emitidas pelo banco BTG Pactual.

14.2 FDNE:

Em 28 de julho de 2022, as Companhias controladas firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito fixo com o Banco do Brasil S.A., por meio do repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, no montante de R\$ 288.000.000.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,59% a.a., com exigibilidade semestral, após o término do período de carência, vencendo a primeira prestação em 1º de dezembro de 2024. O valor do principal será amortizado em 36 prestações semestrais consecutivas.

Garantias

Esse financiamento conta com penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Abaixo, apresentamos as principais características dos empréstimos obtidos:

14.3 Linha de crédito

	Moeda	Encargos anuais	Consolidado	
			2025	2024
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,21%	470.522.541	513.432.127
Juros - BNB			31.109.818	1.447.867
Principal FNDE	R\$	IPCA+2,59%	261.061.464	276.883.371
Juros			926.542	1.920.283
			763.620.365	793.683.648
Passivo circulante			67.013.557	24.718.020
Passivo não circulante			696.606.808	768.965.628

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**14.4 Movimentação dos empréstimos**

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2024	752.724.576	Saldo inicial em 01/01/2025	793.683.648
(+) Aquisição principal	53.584.141	(+) Aquisição principal	-
(+) Juros apropriados	54.527.614	(+) Juros apropriados	51.792.057
(-) Amortização juros	(45.102.030)	(-) Amortização juros	(54.650.452)
(-) Aquisição principal	(23.378.802)	(-) Aquisição principal	(27.204.889)
(-) Custo a amortizar	1.328.150	(-) Custo a amortizar	-
Saldo final em 31/12/2024	793.683.648	Saldo final em 31/12/2025	763.620.365

Covenants

A Companhia e suas Controladas possuem cláusulas restritivas que podem gerar devolução das fianças bancárias cedidas em garantia ao contrato de financiamento com o BNB e vencimento antecipado do contrato de financiamento com o FDNE.

Para as cartas fianças, a Companhia deve manter apuração anual, durante toda a vigência das fianças bancárias, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,05, a ser verificado através das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IX do CPG, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Consolidado (“ICSD”) Consolidado para o ano de 2025 foi de 1,11.

Para o FDNE, as controladas deverão manter apuração anual, durante toda a vigência do financiamento do FDNE, do ICSD, no mínimo, igual ou superior a 1,20, a ser verificado através dos demonstrativos anuais consolidados e auditados das Companhias Controladas.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo II dos Contratos de Abertura de Crédito Fixo, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da (“ICSD”) para o ano de 2025 foi de 2,66 para Serra do Seridó II S.A., 2,80 para Serra do Seridó III S.A., 3,39 para Serra do Seridó IV S.A., 1,48 para Serra do Seridó VI S.A., 2,09 para Serra do Seridó VII S.A. e 1,66 para Serra do Seridó IX S.A.

Não há, no contrato de financiamento com o BNB, covenants financeiros para vencimento antecipado específicos para as Controladas.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes

Empréstimos e financiamentos	
2027	72.813.072
2028	70.686.228
2029	68.968.606
2030 - 2045	872.039.018
Total	1.084.506.925

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 522.251.677,00 (R\$ 522.251.677 em 2024), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 522.251.677 (522.251.677 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>Participação%</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	522.251.677	522.251.677
		<u>522.251.677</u>	<u>522.251.677</u>

15.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, não houve valor constituído no exercício (R\$ 413.557 em 2024), totalizando R\$ 744.561.

15.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	(3.200.854)	8.271.141
(-) Prejuízo acumulados anteriores	-	-
Base de cálculo dos dividendos	(3.200.854)	8.271.141
(-) Constituição da reserva legal	-	(413.557)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	(3.200.854)	7.857.584
Dividendos mínimos obrigatórios	-	1.964.396
Dividendos adicionais propostos	-	5.893.188

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo Inicial	1.964.396	1.572.272
Dividendos mínimos obrigatórios	-	1.964.396
Dividendos adicionais propostos	-	2.967.553
Dividendos pagos	(1.964.396)	(4.539.825)
	<u>-</u>	<u>1.964.396</u>

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



15.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, assim que aprovado em Assembleia pelos acionistas, a reserva é revertida para dividendos adicionais propostos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo total é de R\$ 7.642.449.

16 Receitas de vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas de energia	220.289.375	193.014.789
Receita bruta	220.289.375	193.014.789
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(1.463.399)	(1.079.344)
COFINS	(6.754.147)	(4.981.586)
ICMS	(2.806.056)	-
Total das deduções da receita bruta	(11.023.602)	(6.060.930)
Receita líquida	209.265.773	186.953.859

17 Custos das vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Custos operacionais		
Seguros	(2.354.019)	(2.627.802)
Custos com aluguéis	(2.374.751)	(2.868.494)
Custo com mercado de curto prazo – MCP (ii)	(40.363.731)	(22.462.846)
Aquisição de energia elétrica (ii)	(32.277.942)	(1.430.891)
Outros custos e serviços	(1.194.217)	(290.880)
	(78.564.660)	(29.680.913)
Impostos e taxas		
TUST/TUSD (i)	(14.915.076)	(14.018.091)
Taxa de regulamentação	(1.089.978)	(499.907)
Impostos e taxas diversas	(463.457)	(11.861)
	(16.468.511)	(14.529.859)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(126.374)	(1.186.172)
Manutenção das instalações	(9.002.321)	(7.936.901)
Serviços de telecomunicações	(217.998)	(550.149)
	(9.346.693)	(9.673.222)

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

**Depreciação e amortização**

Custo com depreciação	(53.565.253)	(53.329.142)
Custo com depreciação do direito de uso	-	(173.482)
	(53.565.253)	(53.502.624)

Rateio de custos

Salários	(4.840.477)	(3.460.515)
Serviços prestados pelo exterior	(130.626)	(226.687)
	(4.971.103)	(3.687.202)

Total dos custos de vendas

	(162.916.220)	(111.073.820)
--	----------------------	----------------------

- (i) A TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) são encargos cobrados pelo uso das redes que transportam a energia elétrica desde as usinas geradoras até o consumidor final.
- ii. A companhia recorre a liquidação no Mercado de Curto Prazo e Bilateral para atendimento dos contratos negociados no Ambiente Livre.

18 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas				
Despesas legais	(12.699)	(36.749)	(67.316)	(197.095)
Seguros (Despesas)	(1.368)	(1.368)	(9.576)	(9.576)
Outras despesas administrativas	-	-	(271.066)	(112.698)
	(14.067)	(38.117)	(347.958)	(319.369)
Impostos e taxas				
Multas (i)	-	(114.169)	(24.116)	(355.774)
Imposto e taxas diversas	(419)	(21.910)	(971.328)	(606.145)
	(419)	(136.079)	(995.444)	(961.919)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(69.670)	(67.101)	(487.687)	(469.709)
Serviços de consultoria	(44.777)	(32.436)	(1.560.775)	(699.338)
Honorários de auditores	(25.847)	(28.951)	(180.931)	(202.654)
Honorários de advogados	-	-	-	(7.975)
Serviços de vigilância	-	-	(495.139)	(356.856)
Serviços de limpeza	-	-	(11.994)	(23.730)
Serviços de informática	-	-	(37.206)	(12.106)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(569.903)	(153.666)
	(140.294)	(128.488)	(3.343.635)	(1.926.034)
Rateio de despesas				
Impostos e taxas diversas	-	-	(58.599)	(120.130)
	-	-	(58.599)	(120.130)
Total das despesas administrativas	(154.780)	(302.684)	(4.745.636)	(3.327.452)

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



19 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas e (despesas)				
Recuperação de despesas	-	-	148.287	3.086.088
Outras receitas e (despesas) (i)	-	55.834	16.262.785	233.009
	-	55.834	16.411.072	3.319.097

(i) Saldo majoritariamente referente a reconhecimento de ressarcimento de multa e seguro de lucros cessantes/danos materiais por indisponibilidade de equipamento.

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	11.879	75.883	8.822.139	4.545.376
Rendimentos de mútuos	-	7.268.353	-	-
Variações cambiais ativas	893.882	148	6.568.476	497.317
Outras receitas financeiras	-	-	73	-
	905.761	7.344.384	15.390.688	5.042.693
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e debentures	-	(1.785.470)	(51.792.057)	(56.313.096)
Juros sobre arrendamentos	-	-	-	(621.783)
Juros sobre outras operações	-	(58.395)	(250.558)	(378.383)
Despesas bancárias	(7.523)	(3.416)	(7.467.691)	(5.737.476)
Garantias	-	-	(29.879)	(20.479)
Descontos concedidos	-	-	(2.056)	-
Despesas com IOF	(39)	(1.047.427)	(116.290)	(1.252.398)
Custos com empréstimos e debêntures	-	-	-	(1.328.144)
Tributos sobre receitas financeiras	(42.118)	(341.265)	(42.118)	(341.265)
Variações cambiais passivas	-	(251)	-	(251)
Outras despesas financeiras	-	-	(349.025)	(145.860)
	(49.680)	(3.236.224)	(60.049.674)	(66.139.135)
Resultado financeiro	856.081	4.108.160	(44.658.986)	(61.096.442)

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto	(3.048.522)	9.167.608	13.356.003	14.775.242
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(1.036.497)	3.116.987	4.541.041	5.023.582
Resultados de controladas por equivalência	1.274.940	(1.804.141)	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	(186.650)	(1.008.046)	(186.650)	(1.008.046)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	100.539	591.668	100.539	591.668
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido		-	12.101.927	1.896.897
Encargo fiscal	152.331	896.468	16.556.857	6.504.101
Despesa com IR e CS correntes	(152.332)	(896.467)	(16.251.623)	(8.419.257)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	(305.234)	1.915.156
	(152.332)	(896.467)	(16.556.857)	(6.504.101)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-5,0%	9,8%	124,0%	44,0%

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto por natureza		
IRPJ e CSLL sobre lucro	152.332	896.467
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	7.897.480	5.745.470
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	2.954.254	1.679.570
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	5.247.557	97.749
	16.251.623	8.419.257

22 Transações com partes relacionadas

22.1 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	-	-	24.207.243	17.819.481
Parque Eólico Serra do Seridó III	581.543	581.543	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó VI	826.838	826.838	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó IX	914.655	914.655	-	-
	2.323.036	2.323.036	24.207.243	17.819.481

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



(i) Saldo referente ao contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) e as SPEs do projeto Serra do Seridó Fase 1 referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica.

22.2 Dividendos a receber

	2025	2024
Parque Eólico Serra do Seridó III	37.916	600.143
Parque Eólico Serra do Seridó IV	1.169.051	391.964
Parque Eólico Serra do Seridó VI	-	1.938.639
Parque Eólico Serra do Seridó IX	-	805.220
	1.206.967	3.735.966

22.3 Dividendos a pagar

	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	1.964.396
	-	1.964.396

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como o cálculo para distribuição de dividendos, se encontra na nota 14.3.

22.4 Empréstimos a receber – partes relacionadas

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia às suas controladas, com o objetivo de cumprir com suas obrigações de curto prazo.

	2025	2024
Parque Eólico Serra do Seridó II S/A	12.446.387	12.446.387
Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A	18.093.986	18.593.986
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	19.710.329	19.710.329
	50.250.702	50.750.702

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Seridó II	Seridó III	Seridó IV	Seridó VI	Seridó VII	Seridó IX	Total
Saldo final em 31/12/2024	12.446.387	-	18.593.986	-	19.710.329	-	50.750.702
(-) Amortização principal	-	-	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Saldo final em 31/12/2025	12.446.387	-	18.093.986	-	19.710.329	-	50.250.702
Saldo em 31/12/2023	17.831.347	8.485.291	34.455.393	12.029.811	33.415.403	5.205.503	111.422.748
(+) Aquisição de principal	-	-	611.474	-	-	1.171.992	1.783.466
(+) Juros apropriados	1.215.040	8.120	3.093.851	211.985	2.722.949	16.408	7.268.353
(-) Amortização principal	(6.600.000)	(1.624.068)	(19.566.732)	(4.775.210)	(16.428.023)	(1.171.992)	(50.166.025)
(-) Amortização Juros	-	(6.869.343)	-	(7.466.586)	-	(5.221.911)	(19.557.840)
Saldo final em 31/12/2024	12.446.387	-	18.593.986	-	19.710.329	-	50.750.702

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**22.5 Empréstimos a pagar – partes relacionadas**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	5.242.118	5.242.118
	<u>5.242.118</u>	<u>5.242.118</u>

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos a pagar pela controladora às partes relacionadas:

Saldo inicial em 01/01/2024	-	Saldo inicial em 01/01/2025	5.242.118
(+) Aquisição principal	51.000.000	(+) Aquisição principal	-
(-) Amortização principal	(45.757.882)	(-) Amortização principal	-
Saldo final em 31/12/2024	<u>5.242.118</u>	Saldo final em 31/12/2025	<u>5.242.118</u>

22.6 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscosValor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	76.375	20.100	12.237.672	2.444.143
Contas a receber	-	-	21.619.046	15.624.689
Adiantamentos a fornecedores	-	-	283.413	136.668
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos a partes relacionadas	50.250.702	50.750.702	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Títulos e valores mobiliários	1.822.025	69.538	83.680.767	78.652.458
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	52.332	11.176	27.559.269	15.802.888
Contas a pagar a partes relacionadas	2.323.036	2.323.036	24.207.243	17.819.481
Empréstimos e financiamentos	-	-	763.620.365	793.683.648
Debêntures a pagar	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	7.637.542
Passivo para descomissionamento	-	-	3.444.592	3.095.567

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores e de clientes - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**23.1 Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	76.375	20.100	12.237.672	2.444.143
Contas a receber	-	-	21.619.046	15.624.689
Adiantamentos a fornecedores	-	-	283.413	136.668
Empréstimos a partes relacionadas	50.250.702	50.750.702	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Títulos e valores mobiliários	1.822.025	69.538	83.680.767	78.652.458

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

23.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo mesmo índice, motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (23.5) desta nota.

23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates, de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Controladora			
	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	52.332	-	11.176	-
Contas a pagar a Partes relacionadas	2.323.036	-	2.323.036	-
Dividendos a pagar	-	-	1.964.396	-
	2.375.368	-	4.298.608	-

	Consolidado			
	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	27.559.269	-	15.802.888	-
Contas a pagar a partes relacionadas	24.207.243	-	17.819.481	-
Empréstimos e financiamentos	68.616.669	1.084.506.925	78.830.889	1.392.006.954
	120.383.181	1.084.506.925	112.453.258	1.392.006.954

23.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

23.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPes controladas, uma vez que elas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2025, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2026 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central, cujo valor definido foi de 3,97% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2025		
	2025	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



BNDES - BNB	501.632.359	IPCA	53.177.663	60.951.367	68.640.868
BNDES - FNDE	261.988.006	IPCA	20.672.644	23.446.356	26.200.925

24 Compromissos assumidos

24.1 Contratos de venda de energia

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

	Seridó II		Seridó III		
	2026	2027-2037	2026	2027-2037	
ACR	Volume [MWh]	21.024	231.448	56.940	626.837
	Preço [R\$/MWh]	141	141	141	141
	Subtotal [R\$]	2.964.804	32.638.752	8.029.679	88.396.621
ACL	Volume [MWh]	48.699	554.759	133.283	1.515.731
	Preço [R\$/MWh]	181	174	181	172
	Subtotal [R\$]	8.835.651	96.473.731	24.113.306	261.443.942
Total [R\$]	11.800.456	129.112.483	32.142.985	349.840.563	
	Seridó IV		Seridó VI		
	2026	2027-2037	2026	2027-2037	
ACR	Volume [MWh]	42.924	472.539	28.908	318.241
	Preço [R\$/MWh]	141	141	141	141
	Subtotal [R\$]	6.053.143	66.637.461	4.076.606	44.878.289
ACL	Volume [MWh]	133.433	1.519.935	129.430	1.469.593
	Preço [R\$/MWh]	181	174	180	171
	Subtotal [R\$]	24.207.036	264.243.021	23.354.424	251.563.184
Total [R\$]	30.260.179	330.880.482	27.431.031	296.441.473	
	Seridó VII		Seridó IX		
	2026	2027-2037	2026	2027-2037	
ACR	Volume [MWh]	52.560	578.619	57.816	636.481
	Preço [R\$/MWh]	141	141	141	141
	Subtotal [R\$]	7.412.011	81.596.884	8.153.212	89.756.569

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Volume [MWh]	139.648	1.589.396	153.975	1.753.630
ACL	Preço [R\$/MWh]	181	173	181	174
	Subtotal [R\$]	25.299.048	275.218.077	27.925.702	304.620.679
	Total [R\$]	32.711.060	356.814.961	36.078.915	394.377.248

25 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a, seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.412.429.379 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Coberturas**Importância seguradas**

Lucro cessantes e danos materiais

R\$ 1.412.429.379

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 157.784.760 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Coberturas**Importâncias
seguradas**

Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental

R\$ 157.784.760

André Salgado
Diretor Presidente

Jessica Von Moegen
Diretora Financeira

Roger de Quintanilha Esteves
Contador – CRC 125542/O-2

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8AA3762C-9DF7-4BFA-A2B5-C040CE75D717

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Serra do Seridó F1 Holding S.A + Relatório do Auditor 2025 .pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 50

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Aline Bandeirinha

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

aline.bandeirinha@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original

24 de abril de 2026 | 16:59

Portador: Aline Bandeirinha

aline.bandeirinha@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

24 de abril de 2026 | 17:10

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Bruno Monteiro

bruno.monteiro@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

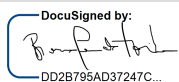
Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 24 de abril de 2026 | 17:00

Visualizado: 24 de abril de 2026 | 17:10

Assinado: 24 de abril de 2026 | 17:10

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Aline Bandeirinha aline.bandeirinha@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 24 de abril de 2026 17:10 Visualizado: 24 de abril de 2026 17:10 Assinado: 24 de abril de 2026 17:10
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de abril de 2026 17:00
Entrega certificada	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:10
Assinatura concluída	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:10
Concluído	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:10

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------